

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE	186.802	183.862	CIRCULANTE (Nota 10)	1.244	1.244
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	61.386	70.584	Outras Obrigações	1.244	1.244
BANDES - Depósitos de Livre Movimentação	61.386	70.584	PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	67	798
Disponibilidades	53.461	63.006	Provisão de Ações Cíveis - FUNDES	67	798
Disponibilidades - SIF	7.925	7.578	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)	185.491	186.820
REPASSES INTERFINANCEIROS (Nota 6)	81.645	83.183	Recursos de Incentivos Fiscais Cotistas	1.655	1.655
Devedores por Repasses a Agentes Financeiros	81.645	83.183	Cotas Emitidas	7.802	8.052
BANDES	81.645	83.183	Resultados Acumulados Resultados de Exercícios Anteriores	176.034	177.113
OPERAÇÕES DE CREDITO (Nota 7)	38.307	28.653	Resultados de Exercícios Anteriores	173.474	133.459
Operação Cessão de Crédito	38.307	28.653	Resultado do Exercício	2.560	43.654
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5.464	1.442	Lucro do Exercício	2.560	43.654
Títulos de Renda Fixa (Nota 5.b)	62.582.006	44.208.464			
Debêntures da Carteira Própria	62.582.006	44.208.464			
Debêntures Conversíveis em Ações - Em Atraso	28.891.887	20.464.635			
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - Lei 8.167/91	33.679.391	23.735.092			
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - MP 2.199/01	10.728	8.737			
Títulos de Renda Variável (Nota 5.a)	61.644	58.139			
Ações da Carteira Própria	52.435	54.495			
Cotas de Outros Fundos	9.209	3.644			
(-) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS	(62.638.186)	(44.265.161)			
(-) Títulos de Renda Fixa	(62.582.006)	(44.208.463)			
(-) Títulos de Renda Variável	(56.180)	(56.698)			
OUTROS CRÉDITOS	-	-			
Rendas a Receber	10	10			
Dividendos - Juros s/ Capital Próprio a Receber	10	10			
Ações da Carteira Própria	10	10			
(-) Provisão para Rendas a Receber	(10)	(10)			
(-) Dividendos - Juros s/ Capital Próprio a Receber	(10)	(10)			
(-) Ações da Carteira Própria	(10)	(10)			
PERMANENTE	-	5.000			
INVESTIMENTOS	-	5.000			
Investimentos em Fundos de Desenvolvimento do ES	-	5.000			
TOTAL DO ATIVO	186.802	188.862	TOTAL DO PASSIVO	186.802	188.862

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	18.382.816	14.826.903
Remuneração s/ Disponibilidades e Depósitos Vinc. à Subscrição (Nota 4)	3.076	5.711
Rendas de Títulos de Renda Fixa	18.373.543	8.650.589
Custos Básicos	3.426	5.360
Encargos Financeiros	512	299
Encargos sobre Atraso	18.369.605	8.644.930
Rendas de Títulos de Renda Variável	2.146	1.056
Ágio na Venda Direta de Títulos	2.146	835
Dividendos/Juros s/ Capital Próprio	-	176
Valorização da Carteira de Ações	-	45
Rendas de Operações de Repasse	2.442	3.778
BANDES	2.442	3.778
Reversão de Provisões	1.475	6.165.769
Títulos de Renda Fixa	-	6.157.589
Títulos de Renda Variável (Nota 5a)	618	8.180
Reversão de Prov Proc Judiciais	857	-
Outras Rendas	134	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(18.380.256)	(14.783.249)
Despesas de Títulos de Renda Variável	(797)	(7.219)
Deságio na Venda de Títulos	(320)	-
Desvalorização da Carteira de Ações	(477)	(7.219)
Taxa de Administração da Carteira	(5.589)	(5.305)
Despesas Administrativas	(187)	(285)
Despesas de Provisões	(18.373.670)	(14.770.408)
Títulos de Renda Fixa (Nota 5b)	(18.373.543)	(14.768.564)
Títulos de Renda Variável (Nota 5a)	-	(1.769)
Provisão Desp. c/ Processos Judiciais	(127)	(75)
Outras Despesas	(13)	(32)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.560	43.654

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Eventos	Recursos de Incentivos Fiscais	Cotas Emitidas	Resultados Acumulados	Total
SALDOS EM 31/12/2016	9.428	3.283	161.408	174.119
- Ingresso de Recursos	(7.773)	7.773	-	-
- Renegociação de Debêntures	-	(3.004)	-	(3.004)
- Variação na Conversão Cotas	-	-	(27.916)	(27.916)
- Resultado Cotas SIF	-	-	(33)	(33)
- Resultado do Exercício	-	-	43.654	46.654
SALDOS EM 31/12/2017	1.655	8.052	177.113	186.820
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2017	(7.773)	4.769	15.705	12.701
SALDOS EM 31/12/2017	1.655	8.052	177.113	186.820
- Ingressos de Recursos	-	-	-	-
- Renegociação Debêntures/Ações	-	(250)	-	(250)
- Variação na Conversão Cotas	-	-	(3.636)	(3.636)
- Resultado Cotas SIF	-	-	(3)	(3)
- Resultado do Exercício	-	-	2.560	2.560
SALDOS EM 31/12/2018	1.655	7.802	176.034	185.491
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2018	-	(250)	(1.079)	(1.329)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
SALDO ANTERIOR	1.441	15.725
DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - NORMAIS (Carteira Própria)	-	(1.905)
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros	-	1.915.128
(+) Conversão de Debêntures em Ações	-	(2.014)
(-) Renegociação de Debêntures	-	(24.324)
(-) Dispensa de Encargos	-	(1.890.695)
DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - EM ATRASO (Cart. própria)	8.427.252	4.408.868
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros e sobre Atraso	8.427.252	4.735.594
(-) Resgate de Debêntures	-	(870)
(-) Dispensa de Encargos	-	(325.856)
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - NORMAIS (Cart. própria)	2.351.607	-
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros	2.351.607	4.094.323
(-) Renegociação de Debêntures - MP 2.199/01	-	(14.312)
(-) Dispensa de Encargos	-	(4.080.011)
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES-EM ATRASO (Cart. própria)	7.594.685	4.202.106
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros e sobre Atraso	7.594.685	4.202.106
AÇÕES DA CARTEIRA PRÓPRIA	3.505	(18.789)
(+) Conversão de Debêntures	5.685	2.014
(+) Valorização da Carteira de Ações	3	45
(-) Resgate da Instrução CVM nº 265/97	(2.059)	(13.629)
(-) Desvalorização da Carteira de Ações	(124)	(7.219)
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS	(18.373.026)	(8.604.564)
Títulos de Renda Fixa:	(18.373.543)	(8.610.975)
(-) Constituição	(18.373.543)	(14.768.564)
(+) Reversão	-	6.157.589
Títulos de Renda Variável:	517	6.411
(-) Constituição	(100)	(1.769)
(+) Reversão	617	8.180
SALDO FINAL	5.464	1.441

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
SALDO ANTERIOR	70.584	79.363
ENTRADAS NO PERÍODO (A)	37.336	52.618
Remuneração s/Disponibilidades e Depósitos Vinc. à Subscrição	3.076	5.711
Repasse/Encargos Financeiros	34.260	22.697
Dividendos	-	176
Resgate de Ações	-	19
Resgate/Renegociação de Debêntures	-	24.015
SAÍDAS NO PERÍODO (B)	(46.535)	(61.397)
Ordens de Liberação Emitidas - Repasse	(28.518)	(22.056)
Operação Cessão de Créditos	(11.283)	(28.687)
Investimentos em Outros Fundos	(942)	(5.000)
Taxa de Administração de Carteira	(5.589)	(5.306)
Resgate de Cotas - SIF	(6)	(64)
Outras Despesas	(197)	(284)
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES (A-B)	(9.199)	(8.779)
SALDO FINAL	61.385	70.584

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

O FUNDES – Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo foi instituído pela Lei nº 9.968 de 27 de dezembro de 2012 para receber os recursos do FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, encerrado em 14 de outubro de 2014, por meio da Portaria nº 363 do Ministério da Integração Nacional.

Em 07 de agosto de 2014, o Fundo teve novo ordenamento jurídico, com a edição da Lei nº 10.262. O patrimônio do FUNDES é operacionalizado e gerido pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, e com práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado.

A provisão para desvalorização de títulos de renda fixa e variável, avaliação da carteira de títulos e apropriação das rendas de debêntures, continuam fundamentadas na legislação aplicada ao extinto FUNRES.

3. Principais Práticas Contábeis Adotadas

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência, exceto as receitas originadas das operações de créditos adquiridas, que por se tratarem de créditos contingentes, referindo-se a créditos com qualidade deteriorada e, portanto, baixados para prejuízo, são apropriadas ao resultado quando do seu efetivo recebimento. (nota 7)

b. Direitos

Constituídos por repasses interfinanceiros, operações de créditos e debêntures. Estão demonstrados pelos valores de realização, com apropriação dos rendimentos em base *pro-rata-die* até o encerramento do balanço.

c. Participação em Ações

As participações em ações estão registradas pelo custo histórico e reduzidas por provisões para perdas, combinadas com as seguintes prescrições:

- Os dividendos das participações acionárias quando declarados e aprovados em assembleia geral de acionistas são contabilizados na rubrica "Rendas de Títulos de Renda Variável";
- As variações patrimoniais da carteira de ações são contabilizadas nas rubricas "Valorização da Carteira de Ações" (se positivas), e "Desvalorização da Carteira de Ações" (se negativas);
- A provisão para desvalorização da carteira é contabilizada nas contas de Resultado do Exercício.

d. Provisão para Desvalorização de Títulos de Renda Variável

A provisão para desvalorização da carteira de ações é realizada com base em critérios diferenciados de pontuação, considerando-se fatores determinantes do risco de cada empreendimento, porte e performance do setor de atuação, características da estrutura administrativo-organizacional, níveis de operação relativos à capacidade instalada, e também, no critério estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional, que determina a constituição de provisão no percentual de 100% (cem por cento) do valor contábil das ações, para as empresas que não remeterem as demonstrações contábeis do exercício social até o dia 31 de dezembro do exercício imediatamente posterior.

e. Provisão para Desvalorização de Títulos de Renda Fixa

A provisão para perdas com debêntures é constituída de acordo com os seguintes critérios: 100% das parcelas vencidas para as debêntures com prazo de inadimplimento a partir de 60 dias, conforme estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional e 100% do valor das parcelas vencidas e vincendas para as debêntures em cobrança judicial e daquelas cujos projetos estejam paralisados ou inacabados.

f. Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda funcional utilizada pelo FUNDES é o Real, mesma moeda de apresentação destas demonstrações contábeis, nas quais os valores expressos estão em milhares de reais.

g. Autorização de Emissão das Demonstrações Contábeis

Estas Demonstrações Contábeis foram autorizadas para emissão em 21 de fevereiro de 2019 pela Administração (Fundamento: Decreto nº 3669-R de 16/10/2014 – Regulamento FUNDES, Artigo 10, Inciso XI).

4. Disponibilidades no Banco Operador

As disponibilidades R\$ 61.686 (R\$ 70.584 em 2017) são remuneradas conforme art. 4º da Lei nº 10.262 de 07 de agosto de 2014 mediante aplicação taxa idêntica a adotada na caderneta de poupança. No exercício de 2018, a remuneração auferida sobre os recursos disponíveis totalizou R\$ 3.076 (R\$ 5.711 em 2017).

5. Carteira de Títulos

a. Ações

Referem-se às participações societárias oriundas da subscrição e integralização de ações e da conversão de debêntures. A avaliação dos títulos é efetuada periodicamente com base nas disposições contidas no art. 7º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com redação dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, Decreto nº 101, de 17 de abril de 1991, Resolução nº 1.660 de 20 de outubro de 1989, do Banco Central do Brasil e Portaria nº 118 de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional.

Para efeito de avaliação, as ações serão computadas pela cotação média do último

dia de negociação, na hipótese de ações cotadas em Bolsa, ou pelo valor patrimonial, com base no balanço da empresa do último exercício.

A provisão para desvalorização das ações não houve constituição no exercício de 2018 e em 2017 foi no valor de R\$ 1.769. A reversão de provisão no valor de R\$ 618 (R\$ 8.180 em 2017) foram contabilizadas em contas de Resultado do Exercício (Despesas de Provisões e Reversão de Provisões).

b. Debêntures

A remuneração das debêntures é efetuada com base nos índices contratuais (especificamente a TJLP), acrescidos de juros de 4% ao ano, apropriados mensalmente em base *pro-rata-die*, a crédito de contas de resultado, sob o título "Rendas de Títulos de Renda Fixa". Para as debêntures provenientes de processos de renegociação efetuados com base na Medida Provisória nº 2.199 de 24 de agosto de 2001, e alterações posteriores, a remuneração é de 9,5% (nove vírgula cinco por cento) ao ano. Essa remuneração é condizente com os encargos financeiros dos Fundos Constitucionais de Financiamento exigidos para empreendimentos de médio porte.

As debêntures conversíveis em ações podem ser convertidas após a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado, publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. As debêntures não conversíveis têm prazo médio total de sete anos para pagamento.

Atendendo à Medida Provisória nº 2.199/2001, e alterações posteriores, é utilizada somente a modalidade de subscrição de debêntures conversíveis em ações. A conversão deve efetivar-se integralmente no prazo de um ano a contar da data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado.

A provisão para desvalorização constituída até dezembro de 2018 foi de R\$ 18.373.543 (R\$ 14.768.564 em 2017).

6. Repasses Interfinanceiros

Representam os valores repassados ao agente financeiro Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

REPASSES FINANCEIROS	Saldo das Operações		% de Representatividade	
	2018	2017	2018	2017
FUNRES/FLORESTAL	19	36	0,02	0,04
FUNRES / TURISMO	523	730	0,64	0,88
FUNRES / SAÚDE	8	57	0,01	0,07
FUNRES / INOVAÇÃO	-	43	-	0,05
FUNRES / MÍDIA EMPRESA COMPETITIVA	5.115	7.515	6,26	9,03
FUNRES / FOMENTO RURAL	12.444	15.659	15,24	18,82
FUNDES/CRÉDITO FÁCIL GIRO EXCLUSIVO	-	237	0,00	0,28
FUNDES/CRÉDITO FÁCIL INVESTIMENTO FIXO E MISTO	286	875	0,35	1,05
FUNDES IMI II	317	2.735	0,39	3,29
FUNDES IMI III	4.148	13.910	5,08	16,72
FUNDES/IFM	19.568	24.709	23,97	29,70
FUNDES/TURISMO	3.396	3.840	4,16	4,62
FUNDES/ECONOMIA VERDE	4.718	2.538	5,78	3,05
FUNDES ECONOMIA CRIATIVA LP	234	306	0,29	0,37
FUNDES/MICROCREDITO IFM	759	1.124	0,93	1,36
FUNDES/MICROCREDITO IMI II	12	824	0,01	0,99
FUNDES/MICROCREDITO IMI III	1.690	3.773	2,07	4,55
FUNDES / INOVAÇÃO	31	120	0,04	0,14
FUNDES/ECONOMIA VERDE - RISCO "C"	56	77	0,07	0,09
FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - RISCO "C"	1.443	1.628	1,77	1,96
FUNDES/TURISMO - RISCO "C"	1.134	1.491	1,39	1,79
FUNDES/IFM - TAXA VARIÁVEL	120	82	0,15	0,10
FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - BÔNUS	1.387	874	1,70	1,05
FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - BÔNUS - TAXA VARIÁVEL	590	-	0,73	-
FUNDES/ECONOMIA SELIC	171	-	0,21	-
FUNDES ECONOMIA CRIATIVA SELIC	110	-	0,14	-
FUNDES TURISMO SELIC	243	-	0,30	-
FUNDES TURISMO SELIC - RISCO C	150	-	0,18	-
FUNDES/GIRO - TAXA VARIÁVEL-SELIC	7.414	-	9,07	-
FUNDES/GIRO - TAXA VARIÁVEL-SELIC-RISCO C	215	-	0,26	-
FUNDES/GIRO SELETIVO	14.384	-	17,62	-
FUNDES/INDUSTRIA 4,0	960	-	1,17	-
TOTAL	81.645	83.183	100,00	100,00

As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de "Rendas de Operações de Repasse".

O Fundo não constituiu provisão para perdas em "Financiamentos", devido à inexistência de atrasos nos pagamentos e ao baixo risco de crédito do agente financeiro.

7. Créditos Adquiridos

Correspondem a operações de créditos adquiridas do BANDES, nos termos da Lei estadual nº 10.764/17, que alterou a Lei estadual nº 10.262/14 e deliberação do Conselho de Gestor do FUNDES, em reunião datada de 06/09/2017. A cessão é regida subsidiariamente pelos artigos 286 a 298 do Código Civil Brasileiro e Resolução CMN/BACEN nº 2.836/01.

OPERAÇÃO	CESSÃO DE CRÉDITO		Representatividade %	
	Saldos das Operações 2018	Saldos das Operações 2017	2018	2017
CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2010-2011	4.691,00	1.928,00	12,25	6,73
CC - BNDES - PRONAF INVESTIMENTO 2011-2012	15.305,00	14.865,00	39,95	51,88
CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2011-2012	8.728,00	6.463,00	22,78	22,56
CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2012-2013	4.670,00	2.215,00	12,19	7,73
CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2013-2014	3.022,00	2.205,00	7,89	7,69
CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2014-2015	927,00	940,00	2,42	3,28
CC - BNDES - PRONAF MULHER INVESTIMENTOS SAFRA 2012-2013	2.022,00	711,00	5,28	2,48
(-) DESCONTOS OBTIDOS EM CESSÃO DE CRÉDITO	(7.464,00)	(5.786,00)	(19,48)	(20,19)
CC / BNDES / PRONAF D	1.485,00	1.134,00	3,88	3,96
CC / BNDES / PRONAF D II	1.581,00	1.306,00	4,13	4,56
CC / BNDES / PRONAF C I	519,00	525,00	1,35	1,83
CC / BNDES / PRONAF C II	1.130,00	1.087,00	2,95	3,79
CC / BNDES / PRONAF / MULHER INVESTIMENTO	499,00	430,00	1,3	1,5
CC / BNDES / PRONAF / INVESTIMENTO SAFRA 2010-2011	1.192,00	630,00	3,11	2,2
TOTAL	38.307,00	28.653,00	100,00	100,00

8. Remuneração do Banco Operador

A Remuneração das disponibilidades foi calculada no exercício de 2018 de acordo com o art. 8º do Decreto nº 4092-R de 05 de abril de 2017 que define a remuneração do BANDES, pelo desempenho de suas funções em 3% (três por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, podendo ser debitado em parcelas mensais.

9. Relações com o Banco Operador

	Ativos e (Passivos)		Receitas e (Despesas)	
	2018	2017	2018	2017
Disponibilidades no Banco Operador	61.386	70.584	-	-
Taxa de Administração da Carteira	-	-	(5.589)	(5.305)
Rendas sobre Disponibilidades de Recursos	-	-	3.076	5.711

10. Passivo Circulante

Corresponde aos recursos pertencentes às empresas incentivadas oriundos de devolução de taxa de análise conforme determinado no Acórdão nº. 2.236/2006 do Tribunal de Contas da União.

11. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido R\$ 185.491 (R\$ 186.820 em 2017) é constituído dos grupos e subgrupos: recursos de incentivos fiscais, cotistas, resultados acumulados, resultados de exercícios anteriores e resultado do exercício.

AROLD NATAL SILVA FILHO
Diretor-Presidente

DENISE DE MOURA CADETE GAZZINELLI CRUZ
Diretora de Administração e Finanças

EVERALDO COLODETTI
Diretor de Crédito e Fomento

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do FUNDES - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (Instituído pela Lei Estadual nº 10.262/2014 e Operado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES).
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do FUNDES - Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, da evolução dos títulos e valores mobiliários, das mutações do patrimônio líquido e da movimentação dos recursos, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDES - Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos na nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Debêntures da carteira própria

Os ativos registrados nesse grupo contábil são investimentos oriundos do Fundo denominado FUNRES, extinto pela Medida Provisória nº 628 em 28 de novembro de 2013.

Com a criação, por meio da Lei nº 10.262 de 7 de agosto de 2014, o FUNDES assume todo o Ativo e Passivo do FUNRES. Os ativos registrados estão 100% provisionados conforme Nota Explicativa 5.b, restando sem provisão o investimento no próprio BANDES.

Cessão de crédito da carteira rural

Tratam-se de créditos adquiridos da carteira do BANDES, em conformidade com o art. 9º da Lei nº 10.764 de novembro de 2017, no montante de R\$ 38.307 mil, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

FUNDES

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

bandes



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

· Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

· Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

· Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019.

**MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/0-0 – T – SP**

**ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC/RS 71.505/0-3 – T – SP
Sócio Responsável Técnico**

**LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS 059.628/0-2
Sócio Responsável Técnico**